



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA**

ASSESSORIA JURÍDICA

**PARECER JURÍDICO 309/2021
REF. PROCESSO Nº 2440/2021**

EMENTA: Recurso Administrativo contra decisão da digna Comissão de Licitação.

RELATÓRIO:

Trata-se de recurso administrativo contra decisão da Comissão de Licitação que manifestou-se nos seguintes termos:

"[...] e a empresa CRISTIANO PEREIRA DE AVILA - ME, foi inabilitada, por não ter apresentado o que pede o edital no item 6.1.6l. [...]"

O edital do pregão presencial nº 020/2021, em seu item 6.1.6 aduz que:

6 – DA HABILITAÇÃO:

(...)

"6.1.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede do proponente;".

O artigo 3º da Lei de Licitações preleciona que tanto a Administração Pública como os interessados ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital.

O Edital da licitação em análise, por sua vez, é claro:

7 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

(...)

"7.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA**

débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa”

Saliente-se que a LC nº 123 de 14 de dezembro de 2006 é claro nos casos em que a Empresa tem que apresentar a documentação traçada no Edital, *verbis*:

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Art. 43. *As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação exigida para e feito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito*

§ 1º *Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

Tal disposição rechaça quaisquer argumentações aventadas pela Recorrente. Há que se ressaltar que o edital é a lei interna do certame e vincula as partes. Como ensina DIOGENES GASPARINI:

“[...] estabelecidas as regras de certa licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento” (in GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. 13ª edição. Editora Saraiva. 2008, p. 487).

Analisando o processo, verifica-se que a empresa Recorrente foi inabilitada no procedimento licitatório por não apresentar documentos indispensáveis em sua habilitação.



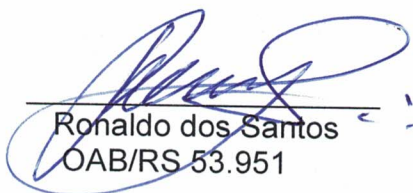
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA

Diante do exposto, opino pelo **indeferimento** do presente recurso administrativo, sendo mantida a inabilitação da empresa ora Recorrente.

É o parecer. S.M.J.

À Comissão.

Terra de Areia, 20 de maio de 2021.


Ronaldo dos Santos
OAB/RS 53.951